



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**DIVISÃO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA**

**TERMO DE REFERÊNCIA 01/2021 DITL/SINFRA/UNIFESSPA**

Processo Administrativo nº 23479.018977/2019-81

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de **empresa especializada no fornecimento de serviços de locação de veículos com seguro total, sem motorista e sem combustível, que inclui manutenção preventiva e corretiva** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (A)	QUANTIDADE (B)	VEÍCULOS (C)	VALOR TOTAL (A x B x C)
1	Locação mensal de veículo do tipo Pick-up por 30 meses contínuos	4014	Mês	R\$ 9.557,97	30	6	R\$ 1.720.434,60
2	Locação mensal de veículo do tipo SUV por 30 meses contínuos	4014	Mês	R\$ 6.438,79	30	10	R\$ 1.931.637,00
3	Franquia Pick-Up	22764	Unidade	R\$ 10.000,00	15	-	150.000,00
4	Franquia SUV	22764	Unidade	R\$ 5.000,00	25	-	125.000,00
5	Franquia Vidros – Pick-Up	22764	Unidade	R\$ 1.000,00	30	-	30.000,00
6	Franquia Vidros – SUV	22764	Unidade	R\$ 500,00	50	-	25.000,00
Total Geral							<b>R\$ 3.982.071,60</b>

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de **locação de veículos**.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução **a Empreitada por Preço Unitário**.
- 1.5. **O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.**

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
  - 5.1.1. os licitantes deverão ser empresas especializadas em locação de veículos, que possuam habilitação legal e apresente todas as declarações previstas e que preencham integralmente os requisitos deste Termo de Referência:
    - 5.1.1.1. Comprovante de inscrição CNPJ regular com CNAE 7711-0/00: locação de veículos sem condutor;
    - 5.1.1.2. Declarações que comprovem regularidade fiscal e trabalhista;
    - 5.1.1.3. Atestado de capacidade técnica (Vide Item 20.3 deste Termo de Referência);
  - 5.1.2. a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura;
  - 5.1.3. os contratos continuados que poderão ser celebrados a partir da Ata de Registro de Preços terão vigência de 30 meses em até 75 (setenta e cinco) dias após a assinatura do contrato podendo haver a renovação contratual por igual período renovando-se os veículos fornecidos e suas condições que deverão ser equivalentes aquelas do início da prestação de serviços.
    - 5.1.3.1. o prazo de 75 (setenta e cinco) dias será o prazo para entrega dos veículos para a efetiva prestação dos serviços;
    - 5.1.3.2. este mesmo prazo pode ser menor, ou mesmo a vigência ser imediata dependendo da disponibilidade de veículos pela empresa;
    - 5.1.3.3. este prazo não poderá ser prolongado em nenhuma hipótese;

- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 6.1. A empresa durante toda a prestação de serviços deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:
- 6.1.1. Utilizar de oficinas que possuam licença ambiental, e que destinem corretamente os resíduos efluentes e sólidos;
  - 6.1.2. Manter política de boas práticas quanto a correta destinação de pneumáticos trocados reutilizando-os para outras finalidades se possível;
  - 6.1.3. Manter as plenas condições de funcionamento dos veículos fornecidos no sentido de minimizar os impactos a qualidade do ar, e emissão de gases e a poluição sonora;
  - 6.1.4. Não empregar menores de idade em seu quadro funcional.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. Os veículos fornecidos deverão estar em nome da CONTRATADA, podendo estar financiados em seu nome.
  - 7.1.2. Os veículos serão entregues a CONTRATANTE para uso contínuo ao longo da vigência contratual.
    - 7.1.2.1. Os veículos devem estar devidamente licenciados, plenamente operantes, totalmente abastecidos e higienizados no ato da entrega.
    - 7.1.2.2. Os veículos devem ser entregues a CONTRATANTE sem adesivos ou propagandas.
    - 7.1.2.3. Os veículos devem ser mantidos em plenas condições de licenciamento ao longo de toda a execução contratual.
    - 7.1.2.4. Os veículos fornecidos inicialmente poderão atender os 30 (trinta) meses de prestação de serviços sem a necessidade de renovação de frota neste período.
      - 7.1.2.4.1. Excetua-se neste caso, as eventualidades de substituição que possam ocorrer temporariamente ou pontualmente em função de colisão, acidentes ou mesmo de manutenções mais demoradas, e nos casos de suporte de passageiros com viagem interrompida em razão de pane.
      - 7.1.2.4.2. A empresa pode substituir os veículos caso haja necessidade ou mesmo por iniciativa própria no decorrer da vigência contratual devendo, para tanto, manter a compatibilidade do objeto contratado e as condições do veículo substituído daquele período. Em ambos os casos, não poderá ser fornecido veículo com idade superior à daquele substituído na data do fato. Em outras palavras, sendo ofertado um veículo 0 km inicialmente, por exemplo, após 18 meses de execução

contratual não poderá haver a substituição deste veículo por outro com idade superior a 18 meses.

7.1.2.5. A guarda dos veículos será feita preferencialmente nas dependências da CONTRATANTE, exceto quando estiver em manutenção ou em viagem.

7.1.2.6. Não serão aceitos veículos de marcas que não possuam concessionária autorizada no município de Marabá.

7.1.2.7. As manutenções corretivas e preventivas serão solicitadas pela CONTRATANTE junto a CONTRATADA quando atingidas as quilometragens indicadas ou nas eventualidades que ocorrerem.

7.1.2.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer perda de revisão ou de garantia em virtude de quilometragem ultrapassada. A empresa Contratada poderá mensalmente solicitar o hodômetro dos veículos assim como a perspectiva de rodagem e a partir disso providenciar os agendamentos de revisão sempre informando com antecedência a CONTRATANTE.

7.1.2.9. Os veículos não poderão ser removidos das dependências ou de posse da CONTRATANTE sem autorização expressa dos gestores do contrato em nenhuma hipótese no decorrer da vigência contratual.

7.1.2.10. A CONTRATANTE garantirá a disponibilidade necessária para a plena execução da manutenção preventiva e corretiva pela CONTRATADA, mediante o agendamento prévio dos serviços.

7.1.3. As manutenções preventivas deverão ser feitas conforme manual do fabricante, com os materiais por ele indicados, e nas conformidades previstas.

7.1.3.1. Prejuízos decorridos das manutenções realizadas fora das conformidades do fabricante ou dos estabelecimentos autorizados que possam ocorrer são de total responsabilidade da Empresa CONTRATADA.

7.1.4. As manutenções corretivas serão de total responsabilidade da CONTRATADA assim como qualquer intervenção necessária para o bom andamento da prestação de serviços.

7.1.4.1. As corretivas incluem toda e qualquer intervenção mecânica, elétrica, eletrônica, suspensão, ar condicionado, luzes, controles, som e multimídia, ou qualquer funcionalidade que não esteja em acordo com as condições da entrega do veículo.

7.1.5. Excepcionalmente ou em circunstâncias urgentes ou relevantes, poderá a CONTRATANTE arcar com manutenções no veículo mediante a glosa do mesmo valor pago da medição da empresa.

7.1.5.1. Esta situação só poderá ocorrer de forma esporádica e emergencial.

7.1.5.2. Se for o caso, deverá ser motivada e devidamente justificada pelo Fiscal do Contrato.

7.1.5.3. Não haverá glosa de nota fiscal caso o reparo seja referente a colisão, ou pequenos danos semelhantes.

7.1.5.4. A CONTRATADA precisará ser formalmente comunicada.

7.1.5.5. Este fato não eximirá a CONTRATADA de demais descontos que possam ser advindos de penalidades e pontuação no IMR.

- 7.1.6. Em caso de pane de qualquer tipo no veículo no decorrer de viagens deverá a CONTRATADA promover as providências imediatas às suas expensas, preferencialmente a mais célere possível: o transporte do veículo ou o socorro mecânico imediato, assim como assistência necessária aos passageiros ou mesmo a substituição pontual do veículo.
- 7.1.7. Os serviços de guincho, em qualquer das hipóteses que se fizerem necessárias, ocorrerão sempre a cargo da CONTRATADA.
- 7.1.7.1. O guincho deverá ter cobertura de até 1.000 km (mil quilômetros) a partir do município de Marabá.
- 7.1.8. Os serviços decorrentes da operação da prestação de serviços como lavagem, alinhamento e balanceamento, borracharia, instalação de acessório não previsto inicialmente, serão realizados a cargo da CONTRATANTE.
- 7.1.8.1. Excetua-se o que for necessário para as condições iniciais de entrega dos veículos, além do alinhamento, balanceamento, e lavagens inclusos nas revisões periódicas.
- 7.1.8.2. A troca de pneus periódica em função de desgaste ocorrerá a cargo da CONTRATADA.
- 7.1.9. A CONTRATANTE solicitará veículo reserva à CONTRATADA somente nos casos em que houver indisponibilidade prevista ou observada superior a 5 (cinco) dias úteis considerando manutenção, sinistros, ou quaisquer adversidades.
- 7.1.9.1. Os veículos reservas devem ser da mesma categoria e condições do veículo substituído.
- 7.1.9.2. A substituição de veículos deve ocorrer pela CONTRATADA, mesmo que haja a atuação da Seguradora, pelo prazo necessário à resolução da manutenção, reparo, garantia ou cobertura.
- 7.1.9.3. Em casos de indisponibilidade inferior a 5 (cinco) dias úteis, não será solicitado veículo reserva.
- 7.1.9.4. Quando não houver esta previsão e por ventura haver empecilhos para a liberação do veículo dentro dos 5 dias úteis, a CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo substituto imediatamente no sexto dia útil.
- 7.1.10. Os veículos fornecidos deverão ter seguro total, ou seja, de restituição pela seguradora ao proprietário em casos de perda total e reparos gerais.
- 7.1.10.1. Os veículos devem ser mantidos segurados durante todo o período de prestação de serviços de modo a preservar a Administração Pública de elevados prejuízos decorrentes de colisões, acidentes, incêndio, roubo, furto, causas naturais, ou qualquer outro fato semelhante que prejudique a operação normal, a segurança e a conservação interna e externa do veículo.
- 7.1.10.2. O seguro também deverá cobrir danos materiais e pessoais a terceiros e proteção aos passageiros garantindo os valores abaixo informados:
- 7.1.10.2.1. Danos materiais a terceiros: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
- 7.1.10.2.2. Danos pessoais a terceiros: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

- 7.1.10.2.3. Morte ou Invalidez permanente a passageiros: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) por pessoa.
- 7.1.10.3. Em caso de acidentes com ou sem vítimas, a CONTRATADA será informada imediatamente pela CONTRATANTE que lhe dará o suporte necessário quanto as informações necessárias ao preenchimento do laudo pericial, ocorrência policial e demais trâmites que possam ser necessários.
- 7.1.10.4. As tratativas que forem necessárias referentes a seguro serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA proprietária do veículo, cabendo a CONTRATANTE enquanto cliente prestar as devidas informações que lhe couberem.
- 7.1.10.5. Quando houver acionamento do seguro, de acordo com o apontamento feito pela CONTRATANTE, será devido o ressarcimento à CONTRATADA de acordo com os Itens 03, 04, 05 e 06 da Tabela contratual (1.1. do Termo de Referência).
- 7.1.10.5.1. A Restituição será posterior a resolução dos problemas pela CONTRATADA por meio da Seguradora, a ser paga por meio de recibo juntamente com a fatura subsequente.
- 7.1.10.5.2. Os valores dos Itens 3, 4, 5 e 6 são pré-fixados e independem do valor real firmado entre a Empresa CONTRATADA e a Seguradora. Estes itens, portanto, não podem ser alterados na proposta apresentada pelos licitantes. Significa dizer que o valor da franquia não poderá afetar os lances.
- 7.1.10.5.3. É sabido que quanto maior o valor de franquia, menor é o prêmio do seguro e vice-versa. Este valor fixo, portanto, deverá nortear a empresa quanto ao dimensionamento do seguro a ser contratado para os veículos fornecidos.
- 7.1.10.5.4. A fim de que não haja qualquer tipo de restrição de concorrência ou mesmo nenhum tipo de direcionamento de seguro ou modalidade é permitido à empresa apresentar seguro com valores de franquia diferentes destes determinados.
- 7.1.10.5.5. No caso de o valor da franquia do seguro ofertado ser superior àquele pré-determinado no contrato, será de total responsabilidade da locadora arcar com a diferença. No caso de o valor da franquia do seguro ofertado ser inferior àquele pré-determinado no contrato, será devido o pagamento do valor integral mediante recibo de reembolso.
- 7.1.10.5.6. Os Itens 03 e 04 da tabela contratual só serão devidos para os danos inferiores a 75% da tabela Fipe.
- 7.1.10.5.7. Os Itens 05 e 06 da tabela contratual, devem abranger a troca de todos os vidros, faróis, lanternas, retrovisores e para-brisa danificados.
- 7.1.10.5.8. Os itens 03, 04, do contrato podem ser reajustados a pedido da CONTRATANTE mediante variação do valor de mercado no decorrer da execução.

- 7.1.10.5.9. O quantitativo estimado para todas as restituições de franquia à CONTRATADA na tabela contratual é anual.
- 7.1.10.6. A empresa deve apresentar a apólice de seguro em até 20 (vinte) dias após a vigência do seguro à CONTRATANTE, comprometendo-se em mantê-la vigente ininterruptamente ao longo de toda a prestação de serviços.
- 7.1.10.7. Considerando que não é possível informar ou limitar o quantitativo de condutores, estes serão indeterminados para fins de cobertura do seguro.
- 7.1.10.8. Em nenhuma hipótese, a CONTRATANTE restituirá qualquer valor decorrente da prestação de serviços à CONTRATADA com exceção da restituição de franquia de seguro.
- 7.1.10.9. É de total responsabilidade da CONTRATADA, o cumprimento das exigências elencadas ao longo do Item 7.1.9. do TR e seus subitens estando a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade advinda de problemas com a Seguradora, ou de algum tipo de incompatibilidade que possa haver no contrato de Seguro negligenciado pela empresa ou que por ventura não seja cumprido algum requisito previsto neste Termo de Referência.
- 7.1.11. Os veículos locados terão como finalidade atender a demanda logística diversa da instituição que inclui além de deslocamentos locais no município de Marabá, viagens a serviço principalmente aos municípios em que a Unifesspa está presente e na capital do Estado.
- 7.1.11.1. A Unifesspa possui campus em Rondon do Pará, Xinguara, São Felix do Xingú, e Santana do Araguaia além de um polo tecnológico em Canaã dos Carajás.
- 7.1.11.2. Poderá haver viagens para outros locais além dos citados com frequência menor, além da possibilidade de criação de novos campus ou polos.
- 7.1.12. A rodagem dos veículos terá controle anual limitado a 45.000 km (Quarenta e cinco mil quilômetros) por ano. Desta forma, poderá haver rodagens diferentes mês a mês e a verificação será feita ao final de cada 12 meses de execução do contrato.
- 7.1.12.1. O contrato não prevê km excedente, mas caso a quilometragem anual seja superior a estimada deverá haver a compensação no ano seguinte.
- 7.1.12.2. A CONTRATANTE não poderá exceder em nenhuma hipótese a quilometragem de 112.500 quilômetros ao longo dos 30 meses de vigência contratual.
- 7.1.13. A contratação não prevê o fornecimento de motorista e combustível, sendo estes de inteira responsabilidade da CONTRATANTE.
- 7.1.14. Não serão aceitas quaisquer alegações da licitante vencedora, com referência a desconhecimento sobre as especificações dos objetos licitados.
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada imediatamente ou no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias após a assinatura na forma que segue:
- 7.2.1. O início da execução dependerá da disponibilidade de veículos pela CONTRATADA no período da assinatura do contrato.
- 7.2.2. O prazo máximo para a entrega dos veículos será de 75 (setenta e cinco) dias, a partir desse prazo será subtraído do período de locação total previsto.

- 7.2.2.1. A empresa poderá ser penalizada se não cumprir este prazo sem que haja justificativa aceitável e comprovada.

## **8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.1.1. Com relação ao seguro:

8.1.1.1. Os valores de ressarcimento de franquia são pré-fixados e, portanto, não podem ser alterados no documento da proposta.

8.1.1.2. A empresa pode ofertar seguro com apólice com franquia diferente daquelas pré-determinadas. Porém, os valores estimados direcionam franquia normal ou ampliada para os Itens 03 e 04 da tabela contratual considerando que são baixos os casos registrados de acidentes com perdas parciais elevadas. Não há registros de acidente veicular com perda total na Unifesspa.

8.1.1.3. A Unifesspa possui os contratos de vigilância patrimonial, videomonitoramento, portaria, e de motoristas profissionais.

8.1.2. Os veículos ofertados necessariamente precisam ter concessionária no município de Marabá, onde localiza-se a sede da Universidade, a Divisão de Transportes e Logística e a garagem dos veículos oficiais.

8.1.3. A Universidade possui campus em Rondon do Pará, Xinguara, Santana do Araguaia, São Félix do Xingú e polo em Canaã dos Carajás sendo estas as principais localidades das viagens realizadas além da capital do Estado.

8.1.4. Há a possibilidade de renovação contratual por igual período (por mais 30 meses) mediante a renovação dos veículos fornecidos na condição relativa aos veículos fornecidos no início da prestação dos serviços.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o



objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.7.1. Informar a CONTRATADA as quilometragens dos veículos quando solicitado;

9.7.2. Informar a CONTRATADA quando houver necessidade de realização de manutenção corretiva;

9.7.3. Informar a CONTRATADA as ocorrências relevantes ou que exijam acionamento do seguro;

9.8. Efetuar o pagamento das multas de trânsito decorrentes da execução contratual;

9.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/**Estadual** ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. **Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.**

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.13.1. Acompanhamento mensal da quilometragem rodada para fins de planejamento da manutenção preventiva;

13.13.2. Realização de check list na saída e entrada do veículo nas revisões, manutenções, ou quaisquer momentos em que o veículo precisar ser retirado pela CONTRATADA.

13.13.3. Periodicamente será checada a manutenção da vigência do seguro contratado.

13.13.4. Anualmente será verificada a quilometragem rodada para fins de controle do cumprimento das cláusulas contratuais.

13.13.5. A CONTRATANTE informará imediatamente a CONTRATADA sobre as necessidades de manutenção corretiva.

13.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará **IMR anexo ao Termo de Referência**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

14.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.2.1. não produziu os resultados acordados;

14.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.3. Nos casos em que ocorrerem, fica autorizada a CONTRATANTE a realizar o desconto nas eventualidades do Item 7.1.5. deste Termo de Referência.

#### **15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até **15 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, **com base nos descontos indicados pelos gestores do contrato em caso de glosa.**

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados de acordo solicitação formal da CONTRATADA, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice ICPA do período exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;



- 17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 18.1.1. O contrato já prevê seguro veicular que protege a parte mais sensível da execução que seriam problemas ocasionados com acidentes mais graves.
  - 18.1.2. O risco maior de fracasso da prestação de serviços é a indisponibilidade ou a incapacidade financeira de a empresa adquirir os veículos no início da execução contratual. Feito isto, são poucas as chances de o contrato não prosperar.
  - 18.1.3. Os veículos não poderão ser removidos da posse da CONTRATANTE ou das dependências da Universidade sem autorização dos gestores, isto minimiza os riscos de interrupção ou mesmo atraso na prestação de serviços.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) fraudar na execução do contrato;
  - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
  - e) cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - ii) **Multa de:**
    - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a

configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - (4) 0,3% a 4% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
  - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 19.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	1% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	2,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	10% sobre o valor total do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	04
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
4	Retirar veículos fornecidos das dependências da CONTRATANTE, sem a anuência prévia, por ocorrência;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar, controlar, e realizar as manutenções preventivas dentro do prazo indicado;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	01
8	Manter vigente o contrato com a Seguradora, por dia;	02
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	02

10	Tomar as providências imediatas em caso de pane, bem como o suporte aos passageiros, a remoção do veículo, socorro mecânico, ou a substituição pontual do veículo por ocorrência;	02
11	Atrasar a substituição de veículos quando solicitado e nas situações previstas no contrato;	04
12	Atrasar o início do atendimento das manutenções corretivas quando solicitado;	03
13	Interromper a execução contratual em sua totalidade;	5

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

### **20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

20.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

20.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

20.3.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

20.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

20.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

20.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram

prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.3.2. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....

20.3.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

20.3.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global igual ou inferior ao estimado, com no máximo duas casas decimais: R\$ 3.982.071,60 (Três milhões novecentos e oitenta e dois mil e setenta e um reais e sessenta centavos)

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 3.982.071,60 (Três milhões novecentos e oitenta e dois mil e setenta e um reais e sessenta centavos) pelo período total de 30 meses.

## 22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Marabá – Pará, 14/02/2022

---

William Thiago de Sousa da Silva  
Chefe da Divisão de Transportes e Logística – DITL/SINFRA

### Anexos:

I – Descrição detalhada dos veículos;

II – Índice de Medição de Resultados (IMR);

III – Estudo Técnico Preliminar;



Emitido em 14/02/2022

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7/2022 - DITL (11.01.45.18)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

*(Assinado digitalmente em 14/02/2022 11:54 )*

WILLIAM THIAGO DE SOUSA DA SILVA

CHEFE DE DIVISAO

2144964

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifesspa.edu.br/documentos/> informando seu número: 7, ano: 2022, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: 14/02/2022 e o código de verificação: **7f9c18920a**